



**ACÓRDÃO Nº624/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11651/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Maternidade Dona Nazira Daou.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsáveis:** Adriana Duarte de Sousa (Ordenador de Despesa), Andrea Goncalves Castro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4565/2021-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Maternidade Dona Nazira Daou . Exercício de 2020.

*Irregularidade. Revelia. Regularidade. Quitação. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Maternidade Dona Nazira Daou, exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Andrea Goncalves Castro**, gestora no período de 01/01/2020 a 05/08/2020, nos termos do art. 22, inciso III, “b” da Lei nº 2.423/96, pelas restrições 04, 05 e 06 com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.
- 10.2. **Considerar revel** a **Sra. Andrea Goncalves Castro**, gestora no período de 01/01/2020 a 05/08/2020, com base no art. 20, §4º da Lei n. 2423/1996 c/c o art. 88, *caput*, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Maternidade Dona Nazira Daou, exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Adriana Duarte de Sousa**, gestora no período de 06/08/2020 a 31/12/2020, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/96.



**ACÓRDÃO Nº624/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Dar quitação à Sra. Adriana Duarte de Sousa**, gestora da Maternidade Dona Nazira Daou, no período de 06/08/2020 a 31/12/2020, com base no art. 23 da Lei nº 2.423/96.

**10.5. Aplicar Multa à Sra. Andrea Goncalves Castro**, gestora no período de 01/01/2020 a 05/08/2020, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelas restrições 04, 05 e 06 referidas no Relatório Conclusivo nº 91/2021-DICAD (fls. 822/839) e também elencadas no Relatório/Voto, de responsabilidade da citada gestora, as quais constituem grave infração à norma legal, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº624/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição